

ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE
PESSOAS

Data e horário: 12 de dez. de 2025 10:30 BRT

Local: Presencial, na Sala de Reuniões da Segesp e Telepresencial
(<https://meet.google.com/pnm-foyf-omj?hs=122&authuser=0>)



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PARTICIPANTES			
Portarias 4998/2022 e 2346/2024			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Desembargadora DENISE PACHECO	Indicada pela Presidência (Coordenadora)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desembargadora REJANE SOUZA PEDRA¹	Suplente (Vice-coordenadora)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desembargador LUIZ ALBERTO DE VARGAS	Escolhido pelo Tribunal através da lista de inscritos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz ADRIANO SANTOS WILHELMS	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz MARCELO BERGMANN HENSTCHKE*	Eleita pelos magistrados de primeiro grau	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíza CAROLINA HOSTYN GRALHA	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíz ALEXANDRE SCHUH LUNARDI²	Eleito pelos magistrados de primeiro grau	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Juíza ADRIANA KUNRATH	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidora MARIA AUGUSTA KINNEMANN	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidor ALDO DA SILVA JARDIM	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidor ANDRÉ ROBERTO MONTEIRO MARINHO	Escolhido pelo Tribunal através da lista de inscritos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Servidora LARA GOBHARDT MARTINS BORGES FORTES	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidor TIAGO RUSCHEL ²	Eleito por votação direta entre os servidores	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Servidor CHRISTIANO AUGUSTO SECKLER DE OLIVEIRA	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidor JONAS MARQUES COSTA	Eleito por votação direta entre os servidores	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidor JOÃO PEDRO DUARTE LOPES	Suplente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juíza MÁRCIA CARVALHO BARRILI	Convidada AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servidor FABIANA PANDOLFO CHERUBINI ³	Convidada SINTRAJUFE-RS	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

¹Em sessão.

²Férias.

³Conflito agendas.

*Ausência a partir das 11h.

Unidade de apoio executivo: SEGESP

Secretária: Maria Augusta Kinnemann, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas.



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PAUTA

Assunto 1, manutenção do calendário de reuniões 2026.

Assunto 2, deliberação sobre submeter proposição de estudo para unificação de secretarias de unidades judiciárias do 1º grau.

Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pela Desembargadora Denise Pacheco, coordenadora do colegiado, que, inicialmente, saudou a todos(as) os(as) presentes, passando a palavra para Maria Augusta, que atua na unidade de apoio executivo do colegiado, sendo registradas as deliberações a seguir enumeradas.

Inicialmente, Maria Augusta informou que, a pedido da Presidência, foi convidada para a reunião a Assessora-chefe da Assessoria de Promoção de Trabalho Decente e Direitos Humanos, Roberta Liana Vieira, que chegou à sala na companhia do Exmo Des. Presidente Alexandre Corrêa da Cruz, que pediu licença para participar da reunião como ouvinte, o que foi prontamente acolhido por todos(as). Desa Denise manifestou a satisfação do colegiado por receber, pela primeira vez, a visita do Presidente em sua reunião. A seguir, Maria Augusta passou a apresentar os itens da pauta.

Assunto 1, Maria Augusta informou que ao ser provocada pela Presidência, após alinhamento com a Desa Denise, informou à Administração que, a princípio, **seria mantido o calendário de reuniões do colegiado nas primeiras sextas-feiras dos meses pares, às 10h30min.** Dessa forma, a primeira reunião de 2026 está prevista para o dia 6 de fevereiro, já inserida na Agenda Google. **O colegiado acolheu a proposição da coordenadora.**



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Assunto 2, sobre a análise do material elaborado pela Segesp acerca da unificação de secretarias de varas do trabalho ocorrida em alguns regionais, Maria Augusta lembrou que o colegiado havia se proposto a definir, na presente reunião, se será submetida à consideração superior a proposição de instituição de grupo de trabalho para estudo sobre o tema, conforme e-mail enviado ao subcomitê em 17 de outubro:

“Por fim, **submeto estudo sobre a unificação de secretarias de unidades judiciárias para análise do colegiado até a próxima reunião**, quando deliberaremos sobre a pertinência do assunto ser submetido à nova Administração com a proposição de criação de grupo de trabalho multidisciplinar para aprofundamento do debate e, se for o caso, estruturação de unificação em localidade a ser definida, como projeto-piloto.”

Juíza Carolina contou que conversou em recente evento com colega do TRT15 e foi relatado pelo colega que a unificação passa, necessariamente, por uma mudança de cultura, especialmente porque há necessidade de consenso nos entendimentos dos(as) magistrados(as).

Desa Denise falou da necessidade do assunto ser amplamente discutido entre os(as) magistrados(as) e os(as) diretores(as) de secretarias.

Des. Vargas pediu a palavra para manifestar-se sobre o tema, fazendo as seguintes considerações:

- um dos objetivos deste colegiado é garantir o trabalho decente;
- é necessário avaliar o impacto interno de um projeto como esse e deve ficar claro, se for o caso de ser encaminhado, que o colegiado não tem a intenção de avaliar o impacto orçamentário ou a reação do público externo;
- há previsão de aglutinação pela Resolução CSJT 296, contudo, entende que não há o que ser aglutinado, uma vez que a estrutura da Justiça do Trabalho já é ‘enxuta’;
- o custo político desse projeto é bastante alto;
- dos três regionais que implementaram a unificação de secretarias, o modelo minimamente viável é aquele que adota o critério de aglutinação por fase processual;



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

- apesar de perceber o sucesso da unificação por 'especialização', questiona se há necessidade de ser promovida a unificação para que se promova, via capacitação, a especialização de servidores(as);
- sendo o caso de aglutinação por fase, entende necessário um estudo sobre a melhor forma de divisão - seria mesmo pelas fases conhecimento/liquidação/execução?
- a aglutinação demandaria 'consenso' da jurisdição;
- a alteração das lotações paradigmas é recente e talvez não seja o momento de se propor a unificação de estruturas, especialmente porque também tramita estudo para a alteração na distribuição de processos.

Desa Denise comentou só ver sentido na unificação em foros pequenos e desde que a unificação resultar positivamente nas entregas ao jurisdicionado e nas condições de trabalho para magistrados(as) e servidores(as). Referiu que talvez a fase processual mais beneficiada com eventual aglutinação seria a execução. [Trecho excluído - sigiloso]. Desa Denise propôs o encaminhamento do material apresentado à Administração com a proposição de criação de grupo de trabalho para estudo quanto à viabilidade e pertinência de unificação de secretarias no TRT4, bem como, se for o caso, de apresentação de modelo de unificação.

Juiz Adriano ponderou que o colegiado tem caráter propositivo e não decisório e que tudo que é ou será feito a partir dessas proposições terá efeito sobre as pessoas. Ressaltou que os três regionais que implementaram o modelo unificado apresentaram resultados positivos. Ressaltou que, no âmbito do nosso colegiado, a discussão sobre a estrutura das secretarias das unidades judiciárias de primeiro grau tiveram início a partir da identificação da necessidade de aprimoramento do assessoramento direto a magistrados(as) e que os modelos já implementados não tiveram como objetivo a liberação de recursos para esse fim. Juiz Adriano manifestou-se favoravelmente ao encaminhamento do material para conhecimento da Administração.

Jonas apontou que o foco da reunião é decidir sobre a proposição de instituição de grupo de estudo e, nesse sentido, seu voto é favorável. Saliou entender



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

que, sendo acolhida a proposição pela Administração, o material apresentado pelo grupo de trabalho deveria ser submetido para manifestação deste colegiado. Jonas destacou a importância das pessoas afetadas por eventual implementação de nova estrutura de secretarias serem ouvidas ao longo do estudo. Ressaltou que para que ocorra a implementação de um novo modelo de estrutura o resultado esperado, necessariamente, deveria ser positivo para o jurisdicionado, considerando ser essa a razão de nossa existência, como Justiça do Trabalho. Jonas pontuou, também, que não vislumbra possibilidade de prosseguimento do estudo e de sua efetiva implementação, se for o caso, se houver redução do quadro de funções, em razão da falta de engajamento decorrente. Por fim, Jonas falou que toda mudança gera desconforto e que devem ser evitadas situações que gerem resistência.

André Marinho ratificou a fala de Jonas, em especial, quanto à necessidade de se dar vez e voz a quem atua no primeiro grau, por serem afetados diretamente, no caso de implementação de nova estrutura. Referiu que, na Corregedoria, percebe-se que as unidades que apresentam melhores resultados são aquelas que atuam “por carteira” e questiona até que ponto o trabalho nas unidades precisam de especialização. Manifestou seu voto contrário ao encaminhamento do material apresentado ao colegiado, pois entende que precisaria ser apresentado um estudo mais elaborado.

Maria Augusta lembrou que o objetivo do colegiado não é apresentar um estudo aprimorado ou uma proposta de unificação, mas sim submeter ao conhecimento da Administração a possibilidade de adoção de soluções alternativas para a carência de servidores(as) e para o aprimoramento da prestação jurisdicional, a partir das informações colhidas por meio de pesquisa realizada junto a outros regionais. Falou que, havendo interesse da Administração, o grupo de trabalho a ser instituído promoveria um estudo mais aprofundado sobre o tema. Maria Augusta comentou que, sendo realizado o estudo e implementado o novo modelo em algum foro (projeto-piloto) com resultados positivos, a unificação poderia ser opcional, a depender do consenso das unidades. Votou pelo encaminhamento do



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

material com o resultado da pesquisa à Administração com a sugestão de instituição de grupo de trabalho, se a Administração entender conveniente o aprofundamento da matéria.

João Pedro ressaltou ser a primeira vez que um(a) presidente participa de uma reunião do colegiado. Destacou que a especialização de servidores(as) para a atuação nas secretarias é uma questão cultural e falou da importância das pessoas afetadas serem chamadas a participar do estudo, se instituído grupo de trabalho para sua realização. Aproveitou a oportunidade para falar que muitos agentes de segurança (Técnicos Judiciários - Agentes de Polícia Judicial TJ-APJ) atuam em atividades de secretaria, no interior, porém, referiu que não se trata de consenso, já que em outras unidades não ocorre essa atuação. João Pedro sugeriu que os agentes sejam aproveitados em outras funções a partir de suas competências. Desse Denise propôs que a sugestão de João Pedro, sobre os agentes, seja avaliada em outra ocasião, se for o caso. João Pedro votou pelo encaminhamento do material à Administração para que, julgando conveniente e oportuno, seja feito estudo sobre a unificação de secretarias, com a participação de magistrados(as) e servidores(as) do primeiro grau.

Juíza Adriana votou pelo encaminhamento da pesquisa realizada a pedido do colegiado à Administração, ressaltando a necessidade de aprimoramento do estudo no âmbito do grupo de trabalho a ser eventualmente instituído. Salientou que o foco inicial das discussões do colegiado foi a racionalização das atividades mais operacionais das secretarias. Argumentou que, apesar de concordar que o desempenho das unidades é melhor 'por carteira', neste modelo o cenário de déficit acaba favorecendo unidades sem déficit ou ou baixo déficit de servidores(as), bem como beneficia unidades que contam com servidores(as) com determinados perfis mais específicos, sendo que a distribuição desses perfis não se dá de forma discricionária. [Trecho excluído - sigiloso]

Juíza Márcia, inicialmente, compartilhou sua satisfação por integrar o colegiado nesse período, principalmente, por ter propiciado o contato com o que é de fato a gestão de pessoas de uma instituição. Sobre o que está sendo discutido,



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

comentou sermos todos(as) muito apegados(as) às coisas e aos modelos de trabalho, o que dificulta a tomada de decisões que impliquem mudança. Submeteu a sugestão de visita ao TRT15, para que seja conhecida de perto a realidade do regional após a unificação das secretarias, com posterior convite ao regional, se pertinente, para apresentação do projeto lá desenvolvido e seus resultados. O colegiado manifestou-se favoravelmente à sugestão, sendo ponderado pela Desa Denise que poderia ser uma etapa do estudo a ser realizado pelo grupo de trabalho eventualmente instituído pela Presidência.

Desde já, por entender essencial a representação de suas áreas, **Desa Denise** apresentou proposição de integrantes, entre outros, indispensáveis para o grupo de trabalho, caso instituído:

- servidor(a) da Segesp;
- magistrado(a) do primeiro grau;
- diretor(a) de secretaria de unidade judiciária do primeiro grau, e
- magistrado(a) (Juíza Auxiliar) e/ou servidor(a) da Corregedoria.

O colegiado acolheu a proposição.

Des. Vargas propôs investimento na capacitação de servidores(as), sugerindo que a Escola Judicial seja provocada a informar os cursos já existentes voltados para as atividades relacionadas à prestação jurisdicional no primeiro grau. Ressaltou que para aglutinação de atividades e/ou estruturas deve haver consenso dos(as) magistrados(as) envolvidos(as).

Resultado da votação sobre o encaminhamento à Presidência do material elaborado pela Segesp, a pedido do colegiado, a partir da pesquisa realizada com outros regionais que implementaram a unificação de secretarias no primeiro grau, com a proposição de instituição de grupo de trabalho para elaboração de estudo aprofundado, caso a Administração entenda pertinente o prosseguimento de discussão sobre o tema:

- **contra (1)**: André Marinho;
- **a favor (7)**: Desa Denise, Des. Vargas (Juiz Adriano, suplente, manifestou-se favoravelmente), Juízes(as) Carolina (Juiz Marcelo precisou ausentar-se antes da



ATA DE REUNIÃO

SUBCOMITÊ DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

coleta dos votos) e Adriana (Juíza Márcia, convidada da Amatra, manifestou-se favoravelmente); servidores(as) Maria Augusta (Aldo, suplente, manifestou-se favoravelmente), Christiano e João Pedro (Jonas precisou ausentar-se antes da coleta dos votos).

Número de integrantes presentes na reunião: 14 pessoas (além do Des. Alexandre e da servidora Roberta - participação especial), estando garantidas presenças para os 8 assentos do colegiado (6 titulares, 7 suplentes e 1 convidada). Os votos acima indicados representam os 8 assentos do colegiado.

Assuntos Gerais, Maria Augusta, ao final, contou de sua participação no III Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ em novembro deste ano. O primeiro encontro foi realizado em 2018 e o segundo, em 2019. No Encontro foi anunciada a retomada da atuação do Comitê Gestor Nacional de Gestão de Pessoas, que tem por atribuição a gestão da Política de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário (Resol. CNJ 240/2016).

A reunião foi encerrada às 12h30min. **A próxima reunião ordinária ocorrerá em 06/02/2026, às 10h30, no formato híbrido.**

A ata será validada até a próxima reunião.